

MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A

CNPJ/MF nº 48.114.367/0001-62 - NIRE 35.300.335.228

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de julho de 2024
Data, Hora e Local: Aos 29 dias do mês de abril de 2024, às 10 horas, na sede social da Companhia, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 8501, 29º andar, escritório nº 291, Edifício Eldorado Business Tower, Pinheiros, CEP 05425-070. **Quorum:** Acionistas presentes representando a totalidade do Capital Social da Companhia, conforme Livro de Registro de Presença de Acionistas. **Convocação:** Verificou-se, em 1ª convocação, a presença dos acionistas representando a totalidade do capital social, o que foi constatado pelas assinaturas no livro de “Presença de Acionistas”, tornando-se dispensável a convocação de editais, conforme autoriza o § 4º do art.124 da Lei nº 6.404/76. **Mesa:** Presidente: José Manuel Queiroz Dias da Fonseca; e Secretário: José Diogo Carneiros de Araújo e Silva. **Ordem do Dia:** (I) Aumentar o capital social da Companhia; (II) Reformar o Estatuto Social; (III) Consolidar o Estatuto Social; (IV) Deliberar sobre a celebração do Contrato de Contragarantia (“CCG”), firmado com a Seguradora Tokio Marine Seguradora S.A. **Deliberações:** Por unanimidade dos Acionistas presentes e com a abstenção dos impedidos legalmente, sem dissidências, protestos e declarações de votos vencidos, deliberaram: **1.** Aumentar o capital social da Companhia, no montante de R\$ 75.476.276,74, totalmente subscrito, em moeda corrente nacional, sendo integralizado, neste ato, o valor total de R\$ 75.476.276,74, passando o capital social da Companhia de R\$ 72.766.774,67, para R\$148.243.051,41, com a emissão de 1.276.868 ações ordinárias, passando de 2.568.892 para 3.845.760 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, no valor patrimonial de R\$ 59,11 cada uma, calculado pelo Valor Patrimonial da Ação (VPA) apurado na data-base de junho de 2024. A sócia **MDS Corretor de Seguros S.A.** renunciou expressamente ao seu direito de preferência na subscrição das novas ações emitidas em decorrência do aumento de capital, tendo o montante do aumento acima deliberado sido subscrito totalmente pela sócia **MDS SGPS S.A.**, conforme boletim de subscrição em anexo a ata. **2.** Reformar a redação do artigo 3.1 do Estatuto Social, em razão da deliberação acima, passando a vigorar a seguinte redação: **“Artigo 4º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 148.243.051,41, representado por 3.845.760 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal.” 3.** Diante da reforma acima aprovada, consolida-se o Estatuto Social da Companhia, que como anexo é parte integrante desta Ata. 4. Autorizar a celebração do CCG com a seguradora **Tokio Marine Seguradora S.A.**, inscrita no CNPJ/MF nº 60.831.344/0001-74, para emissão de apólices de seguro garantia sem limitação de valor e prazo, em virtude do disposto no Artigo 17 do Estatuto Social. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos desta Assembleia Geral, lavrando-se no livro próprio, a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes, que a subscrevem. **Assinaturas:** Presidente da Mesa: José Manuel Queiroz Dias da Fonseca, Secretário da Mesa: José Diogo Carneiros de Araújo e Silva; **Acionistas:** MDS Corretor de Seguros S.A., representado por José Manuel Queiroz Dias da Fonseca e MDS SGPS S.A., representado por José Diogo Carneiros de Araújo e Silva. **Declaração:** Declaramos, para os devidos fins, que a presente é cópia fiel da ata original lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. São Paulo (SP), 29 de julho de 2024. JUCESP nº 326.211/24-0 em 30/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral. **Estatuto Social. Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto Social e Duração. Artigo 1º - A MDS Corretora e Administradora de Seguros S.A.**, doravante de nominada como a “Companhia”, é uma sociedade por ações que será regida por este Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15 e dezembro de 1976, (“Lei das Sociedades por Ações”) sendo regida supletivamente pelas disposições legais relativas às sociedades por ações contidas na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), que lhe forem aplicáveis. **Parágrafo Primeiro** - A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, competindo ao Conselho de Administração fixar e alterar o endereço da sede independentemente de alteração estatutária, desde que dentro da Cidade de São Paulo e observadas as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Parágrafo Segundo** - A Diretoria Executiva é o órgão responsável por deliberar sobre abertura, transferência e extinção de filiais, agências, escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte no território nacional ou no exterior. **Artigo 2º** - A Companhia tem por objeto social a participação, como sócia ou acionista, em outras sociedades e a prestação de serviços profissionais de corretagem de produtos securitários, conforme especificados abaixo, porém não se limitando a: (i) Seguros dos ramos elementares (ii) Seguros dos ramos vida e capitalização, se inscrita na SUSEP, a pedido da Sociedade Seguradora (iii) Planos previdenciários, se inscrita na SUSEP, a pedido de Entidade Aberta de Previdência Privadas; e (iv) Planos privados de assistências à saúde, se inscrita na SUSEP. **Parágrafo Único** - O exercício das atividades relacionadas ao objeto social da Companhia deverá considerar: (a) os interesses, de curto e longo prazo, da Companhia e de seus acionistas; e (b) os efeitos econômicos, sociais, ambientais e jurídicos, de curto e longo prazo, em relação aos colaboradores, fornecedores, parceiros, clientes e demais credores da Companhia e de suas controladas, bem como em relação às comunidades em que a Companhia atue, seja no âmbito local e/ ou global. **Artigo 3º** - A Companhia irá operar por prazo indeterminado de duração. **Capítulo II - Do Capital Social e Ações. Artigo 4º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 148.243.051,41, representado por 3.845.760 ações ordinárias nominativas, todas sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro** - Cada ação ordinária confere a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais. **Parágrafo Segundo** - As ações serão indivisíveis perante a sociedade. **Parágrafo Terceiro** - A Companhia fica autorizada a criar outras espécies e classes de ações ou aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação dos acionistas representando a maioria do capital social. **Parágrafo Quarto** - Na hipótese do Parágrafo Terceiro acima, o Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive o preço de emissão, o prazo e a forma de integralização, bem como, se for o caso, a eventual destinação de parte do preço de emissão à conta de reserva de capital. **Capítulo III - Da Assembleia Geral. Artigo 5º** - A Assembleia Geral realizar-se-á ordinariamente, nos 4 primeiros meses seguintes ao término do exercício social para deliberar sobre as matérias constantes do art.132 da Lei nº 6.494/76 e, extraordinariamente, sempre que necessária aos interesses sociais exigirem. **Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração da Companhia e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, que, por sua vez, indicará o Secretário. Na hipótese de ausência do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia Geral será presidida por membro do Conselho de Administração que seja escolhida pelos acionistas presentes. **Parágrafo Segundo** - As Assembleias Gerais poderão ser realizadas presencialmente, ou parcialmente ou exclusivamente remotas, por meio de videoconferências, e deverão ser convocadas com, no mínimo 10 dias de antecedência. **Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades de convocação previstas neste Artigo e na Lei, será considerada regular a reunião em que estejam presentes todos os Acionistas. **Parágrafo Quarto** - Observadas as restrições legais, os acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procuradores devidamente constituídos, desde que cumprida a legislação aplicável. **Artigo 6º** - Os acionistas ou os seus representantes legais presentes na Assembleia Geral deverão comparecer à Assembleia Geral munidos de documentos que comprovem sua identidade e, em se tratando de representante de pessoa jurídica, que comprovam a sua regular e legítima representação, devendo assinar o livro de registro de presença de acionistas, indicando o seu nome, nacionalidade e residência, bem como a quantidade de ações de que forem titulares. **Artigo 7º** - Compete à Assembleia Geral, além das atribuições previstas em lei e neste Estatuto Social: (i) eleger e destituir os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando instalado; (ii) fixar a remuneração global anual dos administradores da Companhia, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se/ quando instalado; (iii) tomar, anualmente, as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; (iv) reformar o Estatuto Social de Companhia; (v) deliberar sobre a dissolução, liquidação, recuperação judicial ou extrajudicial ou falência da Companhia; (vi) deliberar sobre a fusão, cisão, transformação, incorporação da Companhia (inclusive incorporação de ações), ou de qualquer sociedade pela Companhia, conforme proposta aprovada por seu Conselho de Administração; (vii) atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações; (viii) deliberar sobre o resgate ou amortização de ações e aprovar a alteração dos direitos, preferências, vantagens e condições de resgate e amortização de ações; (ix) deliberar sobre a alteração do limite do capital autorizado, o aumento do capital social, sem prejuízo da competência do Conselho de Administração para aprovar aumentos de capital social dentro do limite do capital autorizado, ou qualquer redução de capital; (x) deliberar sobre a suspensão de quaisquer direitos dos acionistas, nos termos do artigo 120 da Lei das Sociedades por Ações, não podendo, nessa deliberação, votar o(s) acionista(s) cujos direitos poderão ser objeto de suspensão; (xi) aprovar planos de outorga de ações ou de opção de compra ou subscrição de ações aos seus administradores, empregados e prestadores de serviço, assim como aos administradores, empregados e prestadores de serviço de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Companhia; (xii) deliberar, de acordo com proposta

apresentada pela Administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a sua distribuição aos acionistas; (xiii) eleger o liquidante, bem como os membros do Conselho Fiscal (caso este não esteja instalado na Companhia), que deverá funcionar no período de liquidação; (xiv) deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração. **Artigo 8º** - Exceto nos casos previstos em lei ou neste Estatuto Social, as deliberações assembleares serão aprovadas mediante o voto afirmativo dos acionistas representando a maioria dos votos presentes na Assembleia Geral, não sendo computados os votos em branco. **Capítulo IV - Da Administração da Companhia. Seção I - Disposições Gerais. Artigo 9º** - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por um Diretoria Executiva, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações e no presente Estatuto Social. **Parágrafo Primeiro** - Os Conselheiros de Administração e os Diretores, membros do Diretoria executiva, serão investidos nos seus cargos mediante assinatura do termo de posse. **Parágrafo Segundo** - Cada administrador terá mandato de 2 anos, sendo permitida a reeleição por períodos sucessivos, de acordo com as disposições previstas neste Estatuto Social e na lei aplicável. Os administradores permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos, salvo se diversamente deliberado pela Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, conforme o caso. **Parágrafo Terceiro** - No desempenho de suas funções, os administradores da Companhia deverão considerar o melhor interesse da Companhia, incluindo os interesses, as expectativas, e os efeitos de curto e longo prazo de seus atos sobre os seguintes atores relacionados à Companhia e a suas controladas: (i) os acionistas; (ii) os colaboradores; (iii) os fornecedores, consumidores e demais credores; e (iv) a comunidade e o meio ambiente local e global. **Parágrafo Quarto** - Das reuniões do Conselho de Administração e do Diretoria executiva serão lavradas atas no respectivo livro e, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, sempre que ocorrer deliberações que sejam de interesse da sociedade. **Parágrafo Quinto** - São obrigações dos membros do Conselho de Administração e do Diretoria executiva zelar pela adequação e pela efetividade do sistema de controles internos, nos termos da regulamentação aplicável, bem como garantir que os mecanismos de avaliação de desempenho e a estrutura remuneratória adotados pela Companhia não incentivem comportamentos capazes de comprometer a efetividade dos seus controles internos. **Artigo 10** - É expressamente vedado e nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer administrador, procurador ou empregado da Companhia que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao seu objeto social ou em violação à lei ou ao Estatuto Social, tais como fianças, avais, endossas, saques, abonos, cartas de crédito ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, respondendo o infrator desta cláusula por perdas e danos. **Artigo 11** - Os Conselheiros de Administração e os Diretores devem ter reputação ilibada, não podendo ser eleitos, salvo dispensa da Assembleia Geral, aqueles que: (a) ocuparem cargos em sociedades que possam ser consideradas concorrentes de mercado da Companhia; ou (b) tiverem ou representarem interesse conflitante com os da Companhia. **Parágrafo Único** - O Conselheiro de Administração ou Diretor não poderá intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da Companhia, ficando expressamente vedado o exercício do seu direito de voto com relação a tais questões. **Artigo 12** - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente não poderão ser cumulados pela mesma pessoa, excetadas as hipóteses de vacância, desde que cesse a cumulação no prazo de 1 ano. **Seção II - Do Conselho de Administração. Artigo 13** - A Companhia tem um Conselho de Administração composto por 3 e, no máximo 5 membros efetivos, acionistas ou não, residentes ou não no País, desde que devidamente representados por seu procurador, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único** - Caberá aos Conselheiros eleitos, quando da reunião do Conselho de Administração após a posse de seus membros para um novo mandato, eleger, entre os seus membros, aqueles que exercerão, durante o mandato, as funções de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração, sendo permitida uma nova eleição para o exercício das funções. **Artigo 14** - A indicação de membros ao Conselho de Administração deverá observar os requisitos previstos neste Estatuto Social na Lei das Sociedades por Ações e, conforme aplicável, em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, bem como nas demais legislações e regulamentações aplicáveis. **Parágrafo Único** - Os membros do Conselho de Administração que deixem de preencher, por fato superveniente ou desconhecimento à época de sua eleição, os requisitos estabelecidos no caput deste Artigo, deverão ser substituídos. **Artigo 15** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, conforme calendário aprovado por seus membros e, extraordinariamente, quando necessário aos interesses sociais, sempre que convocado por seu Presidente ou, na ausência deste, pelo Vice-Presidente. **Parágrafo Primeiro** - A convocação das reuniões do Conselho de Administração dar-se-á mediante aviso por escrito, por e-mail ou outra forma aceitável por todos os membros, com antecedência mínima de 3 dias, indicando a ordem do dia, a data, o local e o horário em que a reunião se realizará. **Parágrafo Segundo** - Independentemente das formalidades de convocação previstas neste Artigo, será considerada regular a reunião em que estejam presentes todos os membros do Conselho de Administração em exercício. **Parágrafo Terceiro** - As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas com a presença da maioria dos membros em exercício, e as suas deliberações, inclusive propostas a serem submetidas à Assembleia Geral, serão aprovadas pela maioria dos presentes. Cada Conselheiro presente terá direito a um voto, sendo certo, porém, que, em caso de empate, caberá ao Presidente do Conselho de Administração, além de seu voto, o de desempate. **Parágrafo Quarto** - As reuniões do Conselho de Administração realizar-se-ão presencialmente na sede social da Companhia, a menos que outro local seja informado na respectiva convocação, ou de forma parcial ou exclusivamente remota. Em qualquer caso, os conselheiros poderão participar das reuniões do Conselho de Administração por meio de conferência telefônica, vídeo conferência, ou por qualquer outro sistema eletrônico de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação com todas as demais pessoas presentes à reunião, hipóteses em que serão considerados presentes à reunião e deverão assinar a correspondente ata ou enviar por escrito, inclusive por e-mail, sua concordância com o respectivo conteúdo. **Artigo 16** - Em caso de impedimento definitivo ou vacância de qualquer dos cargos de membro do Conselho de Administração, inclusive do Conselheiro Presidente, o substituído poderá ser nomeado pelos Conselheiros remanescentes e permanecerá no cargo até o final do mandato do membro substituído. Ocorrendo impedimento definitivo ou vacância da maioria dos cargos do Conselho de Administração, deverá ser imediatamente convocada Assembleia Geral para eleger os substitutos, os quais deverão completar o mandato dos Conselheiros substituídos. **Artigo 17** - Compete ao Conselho de Administração da Companhia: (i) fixar as diretrizes e políticas da Companhia e de suas controladas, cabendo ao Conselho de Administração verificar e acompanhar a sua execução e examinar a qualquer tempo os livros e os papéis da Companhia e de suas controladas, solicitar informações sobre quaisquer documentos celebrados ou em vias de celebração ou quaisquer outros atos, manifestando-se a respeito; (ii) manifestar-se sobre o relatório da Administração, as contas do Diretoria executiva e as demonstrações financeiras da Companhia, submetendo-as à aprovação da Assembleia Geral; (iii) aprovar o levantamento de balanços em períodos inferiores ao exercício social, bem como a distribuição de dividendos intercalares ou intermediários e o pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação aplicável; (iv) aprovar o orçamento anual para a Companhia e suas controladas; (v) aprovar programas de remuneração com base em ações, observados os planos aprovados em Assembleia Geral; (vi) convocar as Assembleias Gerais da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e deste Estatuto; (vii) eleger e destituir os membros da Diretoria Executiva da Companhia, fixando-lhes, quando for o caso, suas atribuições (respeitadas aquelas previstas no Estatuto Social e na regulamentação aplicável); (viii) nomear ou a destituir o diretor responsável pelos Controles e demais diretores com funções específicas perante a SUSEP, conforme normativos vigentes; (ix) nomear um dos Diretores como Diretor responsável especificamente à Prevenção e combate aos Crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou aos crimes que com eles possam se relacionar, bem como à Prevenção e Coibição do Financiamento do Terrorismo, em cumprimento das disposições da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, ou a que venha a substituí-la, e respectiva regulamentação setorial. (x) indicar o Responsável Técnico da Companhia perante a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, nos termos dos requisitos regulatórios aplicáveis, podendo substituí-lo a qualquer momento, desde que preenchido os requisitos regulatórios; (xi) aprovar negócios, contratos e operações de qualquer natureza quando ultrapassarem, de forma isolada ou no conjunto de operações da mesma natureza realizadas no período de 1 ano, a R\$ 3.000.000,00, quando não previstos no orçamento anual aprovado; (xii) aprovar a aquisição de quaisquer ativos, realização de investimentos ou empreendimentos, iniciais ou subsequentes, que ultrapassarem, de forma isolada ou no conjunto de operações da mesma natureza no período de 1 ano, a R\$ 3.000.000,00, quando não aprovados no plano de atividade e no orçamento anual; (xiii) aprovar desinvestimentos que excedam, de forma isolada ou no conjunto de operações da mesma natureza no período de 1 ano, a R\$ 3.000.000,00, quando não aprovados no plano de atividade e no orçamento anual aprovados; (xiv) a outorga de garantias em favor de terceiros (pessoas físicas ou jurídicas), concessão de empréstimos, sua tomada e/ ou transferência, bem como sua emissão, ou, de qualquer outra forma, negociação com títulos de crédito da sociedade, em uma operação o série de operações, a no período de 1 ano, acima de R\$ 3.000.000,00, quando não aprovados

no plano de atividade e no orçamento anual aprovados; (xv) a celebração ou alteração de contratos com diretores, inclusive pagamentos a título de gratificação ou outra forma qualquer; (xvi) a determinação das políticas de remuneração da sociedade; (xvii) aprovar a alienação ou oneração do fundo do comércio, ou qualquer ativo que ultrapasse o valor anualmente estabelecido pela Assembleia Geral (xviii) aprovar a nomeação de procuradores da sociedade; (xix) aprovar as políticas corporativas, conforme propostas que lhe sejam submetidas pelos órgãos competentes; (xx) aprovar as políticas conforme exigidas pela regulamentação vigente e respectivos relatórios, se e quando aplicáveis; e (xix) fixar e alterar o endereço da sede independentemente de alteração estatutária, desde que dentro da Cidade de São Paulo e observadas as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Parágrafo Primeiro** - Os valores em reais mencionados neste artigo deverão ser reajustados anualmente, a partir da data de aprovação deste Estatuto Social pela Assembleia Geral, com base na variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo. **Parágrafo Segundo** - Sem prejuízo das matérias e atribuições reservadas ao Conselho de Administração neste Estatuto Social, poderá ele estabelecer atribuições adicionais (inclusive no âmbito das políticas e normas corporativas da Companhia de sua competência), bem como estabelecer limites de alçadas aplicáveis aos diferentes órgãos da Companhia, de acordo com parâmetros que venha a estabelecer, desde que não conflitem com as atribuições a eles fixadas por lei ou por este Estatuto Social. **Seção III - Da Diretoria Executiva. Artigo 18** - A Diretoria Executiva será composta por, no mínimo 2 e, no máximo, 10 membros, residentes no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo, ao menos, um Diretor Administrador e os demais Diretores com as respectivas atribuições a serem definidas pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro** - O prazo de mandato dos Diretores, será de 2 anos, permitida a reeleição por períodos sucessivos, de acordo com as disposições previstas neste Estatuto Social e na lei aplicável. **Parágrafo Segundo** - Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância permanente de cargo de Diretor, o Conselho de Administração deverá ser convocado para discussão sobre a eleição de diretor substituído. **Artigo 19** - Competirá à Diretoria Executiva a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à gestão dos negócios sociais, bem como decidir sobre matérias que não sejam, por lei ou por disposições deste Estatuto Social, de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, devendo os Diretores atuar de acordo com as suas atribuições estabelecidas em lei, neste Estatuto Social, pelo Conselho de Administração, outorgados por procuração e nas políticas corporativas da Companhia, quando aprovadas pelo Conselho de Administração. **Parágrafo Primeiro** - Sem prejuízo de funções, competências e poderes adicionais a serem atribuídos para cada um dos Diretores pelo Conselho de Administração, compete, especificamente ao Diretor Administrador: (a) administrar e gerir os negócios da Companhia; (b) fazer com que sejam observadas as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; e (c) conduzir e coordenar as atividades dos demais Diretores no âmbito dos deveres e atribuições estabelecidos para os respectivos Diretores em lei, pelo Conselho de Administração, pelo presente Estatuto Social e nas políticas corporativas da Companhia, convocando e presidindo nas reuniões do Diretoria Executiva. **Parágrafo Segundo** - Na ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente por Diretor a ser designado pelo próprio Diretor Administrador ou, na ausência de tal indicação, por Diretor a ser designado pelo Conselho de Administração. Na ausência ou impedimento temporário de qualquer outro Diretor, suas funções serão exercidas temporária e cumulativamente pelo Diretor Administrador ou por outro Diretor indicado pelo Diretor Administrador. **Parágrafo Terceiro** - Sem prejuízo das demais competências e atribuições, previstas em lei, na regulamentação neste Estatuto, é responsabilidade de todos os Diretores orientar, supervisionar e garantir a elaboração, implementação e operacionalização dos processos e procedimentos relativos aos controles internos associados às atividades sob sua responsabilidade, bem como verificar sistematicamente a adoção e o cumprimento dos processos e procedimentos acima, como também a manutenção de sua adequação, definindo e implementando planos de ação destinados ao saneamento de deficiências do sistema de controles internos da Companhia. **Artigo 20** - Será designado, pelo Conselho de Administração, um dos Diretores como responsável pelos Controles Internos da Companhia, nos termos da Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, em cumprimento das disposições da Circular Susep nº 612 de 18 de agosto de 202, e à prevenção e combate aos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou aos crimes que com eles possam se relacionar, bem como à prevenção e coibição do financiamento do terrorismo, em cumprimento das disposições da Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, ou a que venha a substituí-la, e respectiva regulamentação setorial. **Parágrafo Primeiro** - O diretor responsável pelos controles internos poderá desempenhar outras atribuições relativas à governança, de caráter de fiscalização ou controle, sendo lida, vedado, direto ou indiretamente, o acúmulo de funções relativas à gestão, de caráter executivo ou operacional, ou que impliquem em assunção de riscos relevantes relativos ao negócio. **Parágrafo Segundo** - O Diretor responsável pelos controles internos possui a prerrogativa de se reunir, sempre que considerar necessário com o Conselho de Administração ou com o Diretor Administrador ou executivo principal da Companhia, sem a presença dos demais Diretores. **Parágrafo Terceiro** - O diretor de controles internos será responsável, direta ou indiretamente, pela Unidade de Conformidade, que deverá ser segregada das demais unidades organizacionais e subordinada. **Parágrafo Quarto** - É vedado ao Diretor responsável pelos controles internos receber bônus ou incentivos remuneratórios atrelados ao desempenho das unidades de negócio, ressalvadas, quando aplicáveis, as disposições da legislação trabalhista. **Artigo 21** - A Diretoria Executiva se reunirá sempre que os interesses da Companhia o exigirem e suas decisões, quando colegiadas, serão tomadas por maioria simples de votos, observado o quórum de instalação equivalente à maioria de seus membros eleitos, cabendo ao Diretor Presidente, além de seu voto, o de desempate. **Artigo 22** - A Companhia poderá ser representada por (i) Diretor Administrador em conjunto com outro Diretor administrador; (ii) Dois Diretores Executivos em conjunto; (iii) Um Diretor administrador em conjunto com um procurador; (iv) Dois procuradores com poderes de representação da Companhia, de acordo e dentro dos limites estabelecidos neste estatuto ou em procuração própria. **Parágrafo Primeiro** - O Diretor Administrador em conjunto com outro Diretor administrador poderá constituir um ou mais procuradores, com poderes de representação da Companhia, dentro dos limites desse Estatuto, inclusive para receber notificações, citações e intimações, por prazo determinado. **Capítulo V - Do Conselho Fiscal. Artigo 23** - O Conselho Fiscal funcionará em caráter não permanente e, caso instalado, na forma da Lei das Sociedades por Ações, será composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos em Assembleia Geral Ordinária, que fixará o montante global de sua remuneração, observado o disposto em lei e com mandato unificado até à Assembleia Geral Ordinária seguinte a sua eleição. **Parágrafo Único** - Os deveres dos membros efetivos do Conselho Fiscal são os estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e, nas suas faltas, impedimentos ou vacâncias, serão substituídos pelos respectivos suplentes. **Capítulo VI - Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Lucros. Artigo 24** - O exercício social encerra-se em 31 de dezembro de cada ano, quando é levantado o balanço patrimonial e são elaboradas as demonstrações financeiras. **Artigo 25** - Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, obedecidas as disposições legais (i) eventuais prejuízos acumulados (ii) provisão para o imposto de renda. **Parágrafo único** - O prejuízo será obrigatoriamente absorvido pelos lucros acumulados, pelas reservas de lucros e pela reserva legal, nessa ordem. **Artigo 26** - De cada exercício social, 5% do lucro líquido será destinado a reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social, segundo o disposto na Lei nº 6.404/76, sendo certo que esta destinação não será obrigatória quando o saldo desta reserva, acrescido de qualquer reserva de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% do capital social. **Artigo 27** - Os acionistas detentores das ações ordinárias têm direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei. **Parágrafo Primeiro** - O saldo remanescente poderá ser distribuído aos acionistas ou retido, total ou parcialmente, em conta de resultados acumulados ou de reservas, conforme determinação da Assembleia Geral. **Artigo 28** - A Assembleia Geral poderá, com o consentimento do(s) acionista(s) que represente(m) a maioria simples do capital social com direito a voto, deliberar: (i) Pelo levantamento de balanço intermediários para fins contábeis; (ii) Pela distribuição de um dividendo inferior mínimo obrigatório definido no Artigo 29, ou mesmo pela retenção da totalidade do lucro **Capítulo VII - Dissolução e Liquidação. Artigo 29** - A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante e os membros do Conselho Fiscal, que deverá funcionar no período da liquidação, fixando-lhes a remuneração. **Capítulo VIII - Foro. Artigo 30** - Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste Estatuto Social, a companhia eleger o foro da Comarca da Capital do Estado São Paulo. **Capítulo VIII - Disposições Gerais. Artigo 31** - A Companhia observará as disposições constantes de acordo de acionistas, quando existente, arquivado em sua sede social, cabendo à Administração a deliberação em sentido contrário ao estabelecido em tal acordo. São Paulo (SP), 29 de julho de 2024.

Documento assinado e
certificado digitalmente
Conforme MP 2.200-2
de 24/08/2001 Confira ao
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/09/2024



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**





Data: 19 de julho de 2024 às 10:00 horas. **Local:** Sede social, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berri, nº 105, 25º andar, Torre 4, Setor C, Escritório tipo XV nº 251, Cidade Monções, CEP 04571-900, São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada de publicação do "Edital de Convocação", nos termos do parágrafo 4º, artigo 124 da Lei nº 6.404/76 (a Lei das S.A.), por estarem presentes os acionistas representando a totalidade do Capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas, arquivada na sede da sociedade e assinaturas constantes na presente ata. **Mesa:** Presidente: Daniela Fátima Bernardi Marchiori. Secretário: Ricardo Baraçal Paniello. **Ordem do Dia:** 1. Exame, discussão e votação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2023; a saber: Balança Patrimonial, e as seguintes demonstrações financeiras: Resultado do Exercício; Mutações do Patrimônio Líquido; Fluxos de Caixa; e Notas Explicativas; e 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício findo em 31.12.2023. **Considerações Preliminares:** Preliminarmente, os acionistas autorizaram a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do Artigo 130, § 1º da Lei das S.A. Tendo em vista a presença dos Acionistas representando a totalidade do Capital Social votante da Companhia, considero-se sanada a falta de publicação dos anúncios previstos no Artigo 133 da Lei das S.A., bem como a inobservância dos prazos referidos em tal artigo, nos termos do parágrafo 4º, Artigo 133, da Lei das S.A. De acordo com a Lei 14.030, editada pelo Governo Federal em 28 de julho de 2020, por ser esta instituição uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, a Assembleia Geral foi realizada de maneira digital e os votos relativos às matérias acima, foram manifestados expressamente durante a Assembleia, com a assinatura dos participantes de forma eletrônica através de sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade, na forma do § 2º do art. 10 da medida provisória nº 2.200-2/2001. **Deliberações:** Após os esclarecimentos de que os documentos mencionados no item "1" da ordem do dia haviam sido publicados de acordo com o artigo 294 da Lei das S.A., e da Portaria ME nº 18.071 de 07/10/2021, na Central de Balancos do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED, em 12/07/2024, cuja verificação é feita através do "Hash 689A90B28954070A20B009C8AB9C49947932EE", os acionistas, por unanimidade de votos e sem qualquer restrição, deliberaram o que segue: 1. Aprovar, sem ressalvas, todos os documentos mencionados no item "1" da ordem do dia; 2. Aprovar a destinação do lucro líquido do exercício findo em 31.12.2023 no montante de R\$6.138.876,63 (seis milhões, cento e trinta e cinco mil, oitocentos e setenta e seis reais e sessenta e três centavos), a saber: Juro sobre Capital Próprio no montante de R\$149.000,00 (cento e quarenta e nove mil reais); e Absorção de Prejuízo de Exercícios Anteriores no montante de R\$5.986.876,63 (cinco milhões, novecentos e oitenta e seis mil, oitocentos e setenta e seis reais e sessenta e três centavos). **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente declarou suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata em livro próprio, a qual foi lida, aprovada e por todos assinada. As partes admitem como válida a assinatura do presente instrumento em formato eletrônico, por meio da plataforma eletrônica com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a integridade, na forma do § 2º do art. 10 da medida provisória nº 2.200-2/2001. São Paulo, 19 de julho de 2024. **Assinaturas:** Mesa: Daniela Fátima Bernardi Marchiori – Presidente; Ricardo Baraçal Paniello – Secretário. Acionistas: Daniela Fátima Bernardi Marchiori; Ricardo Baraçal Paniello; Altino Pavan; Travelex Banco de Câmbio S.A. Ana Cristina Ramos Tena – Diretora, Christian R. T. Stier – Diretor. Creogalea Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior Creogalea LLC – Reag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. CNPJ: 46.947.287/0001-62; Fretentech Serviços em Tecnologia da Informação S.A. Daniela Fátima Bernardi Marchiori – Diretora Econômico, Financeiro e de Operações. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 308.156/24-9 em 28/08/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Ficam convocados os Srs. acionistas da **Chemin Participações S.A.**, "**Companhia**", para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 12/09/2024, em 1ª convocação às 8hs, na forma da Lei nº 6.404/76 e de seu estatuto social, de forma exclusivamente digital através da plataforma Microsoft Teams, disponível no link https://teams.microsoft.com/j/meetupjoin/19%3ameeting_Ycy0DRKMDY0Tf7ZCOOMDXYW-LWbKY2tINdmeXNlOHdE2%04thead.v2?context=0%3b75b2271d622%3a22a937709c-8d1-6400-a48c-98d5f51100d%22%3e220d%22%3e2256b119fd107f45-9a3b-4b67f69d971%22%2f, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **(a)** a outorga, pela Companhia, de garantia fiduciária representada por fiança "**Fiança**", no âmbito do Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças, a ser celebrado entre a **Chemin Incorporadora S.A.**, localizada em Ribeiro Preto/SP, Avenida Brasil Alocata, nº 727, conjunto 1003, sala 01, Jardim Camélia, CEP. 14.026-040, CNPJ nº 61.849.386/0001-03 ("**Devedora**") a **Companhia Hipotecária Piratini - S/C**, com sede em Porto Alegre/RS, na Avenida Plínio Brasil Milano, nº 567, sala 1001, Auxiliadora, CEP 91.520-002, CNPJ nº 18.282.093/0001-80 ("**Cedente**"), e **Brasil Securitizadora S.A.**, localizada em São Paulo/SP, Avenida Camargo Sales, nº 100, José Veloso, 1º andar, sala 2126, Centro, CEP 050-50-00, CNPJ nº 11.257.352/0001-00 ("**Securitizadora**"). ("**Securitizadora**"). **(b)** a Companhia e demais fiadores ("**Contrato de Cessão**"), obrigando-se a Companhia solidariamente, com fiadora e principal pagadora, de todos os valores devidos pela Devedora nos termos do Contrato de Cessão e da *Cédula de Crédito Bancário nº 10007341-7 ("CCB")*, a ser emitida pela Devedora no valor total de R\$ 20.000.000,00, e **(c)** a autorização expressa para que a Diretoria da Companhia para negociar todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Fiança e a praticar todos os atos e assinar todos os documentos necessários à efetivação da referida garantia. Ribeiro Preto, 03/09/2024. Diretores: Ricardo Calderini Neto e Acionista: Patrick Chemin representante da Constapac Consultoria e Participações Ltda. (04, 05, 06/09/2024)

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Chemin Incorporadora S.A. ("Companhia")**, para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 12/09/2024, em 1º convocação às 8hs, na forma da Lei nº 6.404/76 e de seu estatuto social, de forma exclusivamente digital através da plataforma Microsoft Teams, disponível no link https://teams.microsoft.com/j/meetupjoin/19X3kameing_YycvDRKMDYvT0bH7ZCo0mDYYWfLWkYzt1DjdmN2MxNhlJ0e2v40theadv2v2?context=7b5c272d-22fb-423b-6299-37709c-801614600a8c&98df85e109e222c3220d9222c32205256b19fd073437d59a3b22f36f62997127227d, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) a aprovação dos termos e condições da *Cédula de Crédito Bancária nº 10007341-7 ("CCB")*, emitida pela Companhia, no valor total de R\$ 20.000.000,00, nos termos da Lei 10.931/04, conforme alterada (*"Lei nº 10.931/04"*), em favor da **Companhia Hipotecária Piratini – CHP**, com sede em Porto Alegre/RS, na Av. Plínio Barbas Milano, nº 567, sala 1001, Auxiliadora, Cristóvão Colombo, nº 2955, cp. 501, Foz de Iguaçu, CEP 950.502-002, CNPJ nº 18.282.093/0001-50 ("**Credor**"), sendo certo que a finalidade da CCB é a finalização das obras de construção de dois empreendimentos imobiliários residenciais (i) na Rua Orestes Pieroni Gobbo, 152, Vila Harmonia, Araraquara/SP, composto de 66 unidades, sendo 02 coberturas ("**Empreendimento Design Harmonia**", "Imóvel Design Harmonia" e "Unidades Design Harmonia"); e (ii) na Rua Marechal Deodoro, 2161 Quadra 95, Lotes A, B, C, D, E, F, G e H, Bairro São José, Franca/SP, composto de 78 unidades, sendo 02 coberturas ("**Empreendimento Milano**", "**Imóvel Milano**" e "**Unidades Milano**", quando mencionados em conjunto, "**Empreendimentos Alto**", "**Imóveis**" e "**Unidades Autônomas**"; (b) a autorização expressa para que a Companhia possa celebrar o "*Instrumento Particular de Contrato de Cessão de Créditos Imobiliários e Outras Avenças ("Contrato de Cessão)*", entre a Companhia, na qualidade de devedora, o Credor, na qualidade de cedente, a **BSI Capital Securitizadora S.A.**, com sede em São Bernardo do Campo/SP, R. José Versolato, 111, sala 2126, Centro, CEP 09750-730, CNPJ nº 11.257.352/0001-43, na qualidade de cessionária, e na qualidade de fiadores, a **Jardin Participações S.A.**, com sede em Ribeirão Preto/SP, Av. Brazil Acosta, 727, cp. 1003, sala 04, **Chemin Participações S.A.**, com sede em Ribeirão Preto/SP, Av. Brazil Acosta, 727, cp. 1003, sala 04, **Jardin Participações S.A.**, com sede em Ribeirão Preto/SP, Av. Brazil Acosta, 727, 10º andar, cp. 1004, sala 2, Jd. Jofalina, CEP 14.026-040, CNPJ nº 21.206.205/0001-06 ("**Araraquara I**"), a **Franca II Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.**, com sede em Ribeirão Preto/SP, Av. Brazil Acosta, 727, 10º andar, cp. 1004, sala 2, Jd. Jofalina, CEP 14.026-040, CNPJ nº 21.206.205/0001-06 ("**Araraquara II**"), a **Franca II Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.**, com sede em cidade em Ribeirão Preto/SP, Av. Brazil Acosta, 727, 10º andar, cp. 1004, sala 1, Jd. Jofalina, CEP 14.026-040, CNPJ nº 21.262.093/0001-00 ("**Franca II**"), o **Ricardo Calderini Neto**, brasileiro, com endereço profissional em Ribeirão Preto/SP, Av. Brazil Acosta, 727, 10º andar, cp. 1004, sala 2, Jd. Jofalina, CEP 14.026-040, CPF nº 677.852.128-72 ("**Ricardo**"), o **Luiz Alberto Chemin**, brasileiro, com endereço residencial em São Paulo/SP, Rua Fidalga, 761, apt. 81, Pinheiros, CEP 05432-070, CPF nº 535.802.908-78 ("**Luiz Alberto**") e o **Patrick Chemin**, brasileiro, com endereço profissional em Ribeirão Preto/SP, Av. Brazil Acosta, nº 727, 10º andar, cp. 1004, sala 2, Jd. Jofalina, CEP 14.026-040, CPF nº 285.862.948-02 ("**Patrick**"); e (c) a autorização expressa para que a Diretoria possa tomar todas e quaisquer providências necessárias à efetivação das deliberações tomadas de acordo com os itens (a) e (b) acima, inclusive negociar e firmar quaisquer instrumentos, contratos, aditivos e documentos relacionados à operação. Ribeirão Preto, 03/09/2024. Diretores: Ricardo Calderini Neto e Acionista: Patrick Chemin representante da Constapec Consultoria e Participações Ltda. (04, 05, 06/09/2024)

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: **www.datamercantil.com.br/publicidade_legal**

